

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
RESENDE, REALIZADA NO DIA 25 DE  
ABRIL DO ANO DE 2006:-----**

Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende, reuniu a Assembleia Municipal de Resende, sob a Presidência do Senhor Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade, secretariada pelos membros Senhores Joaquim da Conceição Sousa e Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso.-----

**HORA DE ABERTURA:-** Eram onze horas quando o **Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início a mais uma sessão comemorativa do aniversário do Vinte e Cinco de Abril. Começou por saudar e agradecer a presença de todas as entidades eclesíásticas, civis e militares, assim como de Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores presentes. Agradeceu e saudou todos os deputados e membros da Assembleia Municipal dizendo que recordar Abril era um dever e uma obrigação de todos os democratas. Passou, de seguida, a palavra ao **Porta-Voz do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, Senhor Jaime António Bernardino Alves**, que proferiu o discurso que se transcreve: “Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, Exm.º Presidente da Câmara Municipal de Resende, Exm.ª Senhora Deputada da Assembleia da República, Exm.ºs Senhores Vereadores, Exm.ºs Senhores Membros eleitos da Assembleia Municipal, Exm.ºs Senhores Representantes dos Partidos Políticos, Exm.ªs Autoridades civis, militares e religiosas, Exm.º Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Ilustres convidados, Senhores representantes da Comunicação Social, Meus Senhores e Minhas Senhoras;----- Gostava de começar por fazer uma homenagem da mais elementar justiça para com aqueles que construíram o regime democrático no nosso país. Durante décadas, a persistência e a **coragem pela liberdade** de muitos homens e mulheres colocaram fim a um período cinzento e triste, iniciando-se uma nova página entusiasmante na história de Portugal e dos portugueses. Foi o movimento dos Capitães de Abril que ao derrubar a vetusta ditadura, pôs fim a um regime político autoritário, dando início a um extraordinário processo de democratização. Felizmente pôs-se termo ao “orgulhosamente sós”, abrindo-se as portas da Europa e do mundo, acabando-se com uma guerra colonial insuportável no Continente Africano. **Meus Senhores e Minhas Senhoras, Convém, pois, assinalar mais uma vez as extraordinárias transformações da sociedade portuguesa após o 25 de Abril:** Com Abril, houve uma redistribuição do rendimento e da riqueza. Com Abril, verificou-se uma profunda alteração do lugar das mulheres na sociedade portuguesa, trazendo consigo mudanças drásticas nos comportamentos familiares e demográficos tradicionais, que se reflectiram nos sistemas de trabalho e de ensino. Com Abril, efectuou-se uma redução radical da mortalidade infantil e um aumento da esperança média de vida, indicadores que se contam entre os mais favoráveis de todo o mundo. Criou-se um sistema de Segurança Social e legislação laboral para protecção dos trabalhadores. Criou-se um Salário Mínimo Nacional e todo um conjunto de dispositivos que consagraram o Welfare State, um Estado Providência português, ao qual se acrescentaria o Sistema Público de Saúde, contribuindo para consolidar a nossa democracia. Outra dimensão crucial da mudança consecutiva ao 25 de Abril foi o crescimento do sistema de ensino. A consolidação da nossa democracia deu outro importante passo quando aderimos à então Comunidade Económica Europeia, o regresso de Portugal à Europa como alguém lhe chamou. A sociedade começou a ganhar uma autonomia desconhecida até então relativamente à esfera política. **Meus Senhores e Minhas Senhoras:** Ao comemorarmos presentemente o 25 de Abril, devemos olhar para o passado, mas essencialmente visualizar e prever o futuro. Apesar de todas as conquistas que acabei de referir, a verdade é que nos dias que correm, a nossa democracia enfrenta novos desafios, havendo mesmo quem defenda que nos encontramos num contexto político muito delicado. A realidade é que nos últimos 32 anos

da nossa tenra democracia, o mundo mudou. Há quem lhe chame Globalização, Mundialização, Aldeia Global ou até interdependências sistémicas. Independentemente da terminologia ou dos conceitos, ninguém nega que se verifica uma interdependência crescente entre diferentes pessoas, regiões e países no mundo, não só na esfera económica, mas, também, na esfera política, social e cultural. Neste novo contexto, é fundamental sabermos que país queremos para o futuro. Tenho a profunda convicção que essa responsabilidade está nas nossas mãos e de nós depende o sucesso ou o fracasso dos tempos vindouros. Arrisco dizer que enfrentamos hoje a necessidade de implantação de novas revoluções: Enfrentamos um duro combate, relativamente à falta de confiança as instituições democráticas da nossa democracia e um crescimento paulatino da abstenção eleitoral que, segundo consagrados politólogos, é a mais elevada da Europa. Existe hoje em Portugal um divórcio entre aqueles que governam e os que são governados, ou seja, entre eleitos e eleitores. Portugal caracteriza-se actualmente por um atraso crescente do sistema político-partidário em relação à mudança social. Quando desconfiarmos dos esteios da democracia o diagnóstico é reservado. **Meus Senhores e Minhas Senhoras:** A credibilidade da classe política não pode continuar a ser um mero exercício de retórica. Não se pode continuar a prometer uma coisa, antes dos actos eleitorais, para posteriormente se praticar precisamente o contrário, já com as eleições ganhas. O lamentável episódio da quarta-feira antes da Páscoa, na Assembleia da República, em que a maioria dos senhores deputados foram protagonistas pela negativa, desacredita completamente a classe política. Seria injusto generalizar, contudo, boa parte dos senhores deputados da nação, que deveriam ser os primeiros a dar bons exemplos públicos, pedem sacrifícios ao povo português, contudo, não são capazes de praticar o rigor e a disciplina dentro da própria Assembleia da República, casa mãe da democracia portuguesa. A credibilidade da classe deve passar por uma **profunda reforma na ética e nas práticas democráticas** que dignifiquem os valores da nossa república. Os portugueses estão fartos de discursos, de normas e de leis quando não passam de meros processos de intenção. Anseiam por exemplos nobres que galvanizam a nossa nação, que conta já com mais de oitocentos e cinquenta anos de história. E este é o remédio para atenuar a lacuna existente entre eleitos e eleitores. Não é fácil **acreditamos numa justiça** que deixa fugir para o Brasil uma arguida que tinha como medida de coação a Prisão Preventiva. Já no Brasil continua a receber o seu ordenado de Presidente da Câmara. Quando regressa a Portugal, rodeada por um espectáculo mediático deplorável não é presa, e cúmulo dos cúmulos, as nossas leis permitem que se candidate a Presidente da Autarquia, ganhando as eleições. **Não podemos continuar** a olhar para uma justiça para pobres e outra para ricos. Como escreveu **António Barreto**, um dos mais importantes intelectuais portugueses da actualidade: “A mais séria crise da sociedade portuguesa é da justiça! Ninguém acredita, ninguém confia”. “A justiça portuguesa encontra-se num estado lastimável. Os seus defeitos são o alimento da corrupção e da impunidade”. “É a justiça que protege a igualdade de todos perante a lei e perante o Estado. A justiça é a última instância de recurso para a liberdade e a segurança dos cidadãos”. **Numa palavra**, uma justiça mais célere e eficiente reforça a confiança dos cidadãos no primeiro esteio do nosso sistema democrático. **Meus Senhores e Minhas Senhoras:** Não podemos continuar a ter dentro de Portugal um país do litoral e outro do interior, cada vez mais pobre. Não estou só a falar de pobreza económica. Falo, essencialmente, da falta de seres humanos. A verdade é que temos um interior cada vez mais deserto e envelhecido. Não existe maior pobreza e tristeza do que uma região sem pessoas, deixadas à sua própria sorte. A avaliação séria de um processo de desenvolvimento local deve averiguar a qualidade de vida das pessoas; o respeito pelo meio ambiente; a qualificação profissional no quadro das novas tecnologias; as aspirações da população com o próprio desenvolvimento; a cultura e identidades locais, valorização dos factores culturais e sociais. O Estado deve assumir as suas responsabilidades. As políticas são escolhas, caminhos que se trilham para o bem e para o mal. A factura de um país sem pessoas

no interior, excessivamente litoralizado é elevada, e é paga por todos! Os cortes cegos dos serviços públicos do estado no interior do país são uma dura sentença na qualidade de vida daqueles que vivem longe do litoral. Utilizando uma linguagem própria da economia, temos que fazer escolhas, medindo os custos de oportunidade. Ou seja, o que é que estamos a sacrificar. Quais as suas consequências para o futuro. **Meus Senhores e Minhas Senhoras: Não podemos continuar** a viver com um desequilíbrio demográfico enorme, numa sociedade que não incentiva a família, que não protege as “mães” que querem ter e criar os seus “filhos”, para depois nos lamentarmos à posteriori, que não temos jovens comparativamente com o número de idosos. **Mal vai o país**, que não trata condignamente os seus idosos. É uma perversão vergonhosa inverter a grande conquista do aumento da esperança média de vida. **Mal vai o país**, em que se gastam dinheiros públicos para manter a pobreza em vez de a combater, e não ajuda por exemplo, os cidadãos que abdicam de tudo para tratar de familiares **doentes e acamados** dentro da própria casa, lugar mais digno para viver os últimos dias das suas vidas. **Mal vai o país**, onde os dinheiros públicos mantêm mordomias como os carros topo de gama trocados regularmente; secretárias e mais secretárias; chefes de gabinete; empregos públicos artificiais para os amigos; ordenados chorudos; acumulações de reformas imorais para uns, **contudo**, para outros, existem pensões de miséria e escasseiam políticas sociais justas e responsabilizadoras para pobres e excluídos. Ser justo e solidário a justiça e a solidariedade. Não é dizer que se é, sem realmente o ser. **É imoral** continuar-se a manter um **Sistema de Saúde Público** que tem como prioridades manter o estatuto intocável da classe médica, alimentar a indústria dos medicamentos e das farmácias, em que os doentes aparecem em último lugar, por vezes tratados com desprezo, quando deveriam ser uma verdadeira prioridade. **Meus Senhores e Minhas Senhoras:** O nosso **Sistema de Ensino** deve preparar melhor os nossos alunos. Não podemos continuar a enganar, pensando ser possível passar ao lado do rigor e da exigência. A própria **Constituição da República**, lei das leis, passa por uma enorme encruzilhada. Como podemos ter um modelo de protecção social, defensor da equidade em contraponto com o princípio da eficiência das economias globais de mercado? Como pode o poder político fiscalizar o poder económico cada vez mais poderoso? São perguntas de resposta difícil, que nos devem deixar preocupados e que nos devem fazer pensar. A **Europa** deve sair da encruzilhada em que se encontra, assumindo nas questões essenciais, valores comuns que nos possam identificar como europeus. A Europa a 25 é hoje um enorme desafio para Portugal. **Meus Senhores e Minhas Senhoras:** Contrariamente ao que alguns pensam, não devemos ter pudor em sermos portugueses. Contrariamente ao que alguns proclamam, não devemos ter vergonha de nos emocionarmos quando ouvimos o nosso hino. Foi preciso recebermos um Campeonato Europeu de Futebol para hastearmos bem alto as nossas bandeiras nas varandas e nas janelas, sem os complexos de uma minoria exaltada, demonstrando o orgulho que temos em sermos portugueses. Não falo de remanescências do passado nem de nacionalismos exarcebados. Falo, sim, da nossa afirmação no presente, num mundo competitivo, assumindo a nossa identidade. A identidade portuguesa na Europa e no Mundo. Só poderemos dar resposta ao problema da equidade se soubermos ser mais competitivos. Só poderemos redistribuir melhor se produzirmos e se criarmos mais **riqueza com valor acrescentado**. Como defendeu sua Excelência o Senhor Presidente da República na sua tomada de posse: “ A melhoria da justiça social, o combate à exclusão, o apoio aos mais desfavorecidos da nossa sociedade é uma razão superior para fazer com que o País volte a abraçar a batalha da criação de riqueza”. **Meus Senhores e Minhas Senhoras:** Não voltaremos a criar mais riqueza enquanto não pusermos as finanças públicas em ordem. Disfarces de rigor propagandeados não escondem a verdade, que vem sempre ao de cima, a bem da democracia. Actualmente, a nossa despesa pública consome 48,2% do produto interno bruto, ou seja da riqueza produzida em Portugal. Uma sociedade sem causas e sem bandeiras é uma sociedade que não sabe que caminho seguir. Compete-nos a todos uma maior

reflexividade, mais ambição, maior determinação e mais solidariedade. **Peço desculpas** por não fazer o discurso tradicional do 25 de Abril, falando menos do passado, olhando mais para o futuro. Entendo que não temos tempo para grandes comemorações. O momento que vivemos é de dificuldades, compete-nos transformar tais contrariedades em oportunidades para fazermos de Portugal um país mais justo e mais próspero. Esta é certamente, mais uma etapa da epopeia portuguesa que deve ser escrita com uma nova página de ouro da nossa história. Compete a cada um de nós estar ao serviços de Portugal. **VIVA RESENDE! VIVA PORTUGAL!** Disse. (Jaime António Bernardino Alves).”-----

De seguida o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Porta-Voz do Grupo Municipal do Partido Socialista, Doutora Maria Teresa Pais Duarte dos Santos**, que proferiu o seguinte discurso: ”Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Srs. Representantes das entidades públicas, privadas e religiosas; Exmas. Senhoras e Senhores;-----

A conquista da liberdade em Abril de 1974 e a instauração do poder democrático, delegou em todos nós a responsabilidade da construção de um modelo social e económico sustentado no primado da garantia da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Neste pressuposto e perante as clivagens sociais ainda persistentes na nossa comunidade, temos vindo a focar o nosso olhar com maior ênfase, nas divergências encontradas, pelo que damos prioridade à adopção de políticas e medidas de proximidade ao cidadão, com o objectivo de reverter o processo de pobreza, isolamento e envelhecimento que nos têm caracterizado nas últimas décadas. Assim, criámos uma rede de infra-estruturas sociais, desportivas, escolares e culturais, com o intuito de estancar estes fenómenos, para que progressivamente consigamos elevar o nível de dignidade humana e bem-estar social de todos os Resendenses. Não obstante toda esta estratégia, continuamos a depararmo-nos com uma confrangedora ausência de participação pela generalidade dos cidadãos, no envolvimento em projectos estruturantes que impulsionem o desenvolvimento do concelho. Pois como é aceite e sabido a responsabilização pela existência de fenómenos como a pobreza e as desigualdades existentes na sociedade, é da responsabilização de todos, podendo a não concretização de tal envolvimento e co-responsabilização levar-nos a questionar os pilares da própria democracia. Se tal acontecesse, estaríamos num patamar de desenvolvimento superior, já que proliferariam na nossa comunidade associações de ocupação de tempos livres, de cultura, de desporto e outras que pugnassem pela inclusão social de todos os cidadãos. Com o alcance da liberdade conquistámos o direito à livre associação, à participação e à cidadania activa, e esta em última instância pressupõe a participação da comunidade e das suas organizações nas decisões que mais directamente afectam as populações, pelo que, impulsionar a participação da comunidade é impulsionar o desenvolvimento da democracia. Talvez não seja alheia à realidade constatada, a falta de qualificação que genericamente nos caracteriza, assim como talvez, também não esteja distante desta realidade, o flagelo do insucesso e abandono escolar que nos tem remetido para a cauda do país. Neste campo temos feito um longo percurso, mas também aqui ainda nos falta cumprir Abril, pois a legitimidade democrática ganha-se todos os dias e a educação é o ponto fulcral dos direitos sociais fundamentais. Sabemos hoje, que tornar o sistema gratuito, garantir redes de transportes aos alunos, criar e subsidiar sistemas de acção social escolar, construir escolas modernas, produzir legislação avançada e explicações teóricas para a compreensão do fenómeno, não foi o suficiente para resolver o problema. Se é certo que as políticas macro, poderão contribuir para a melhoria dos indicadores, não será menos certo que os seus verdadeiros intérpretes terão de ser as escolas e as comunidades locais, através da sua consciencialização e mobilização para um combate que a todos diz respeito, dependendo das qualidades das interações estabelecidas, o êxito dos resultados alcançados. Neste diálogo, os pais têm que estar mais próximos da escola e também eles

devem consciencializar-se, que a sua proximidade é um factor importante para que a motivação dos alunos se mantenha. Ao consentirmos anualmente que tantos fiquem para trás, só alimentamos os sistemas de exclusão e fragilizamos todo o processo democrático e de coesão social que ambicionamos. Este é o nosso desafio, apostar e investir na formação qualificante das nossas populações, orientada para a aquisição de competências técnicas e transversais, necessárias ao processo da profissionalização. Na era da globalização a educação tornou-se um pilar fundamental à inclusão, sem ele seremos irremediavelmente mais fracos e incapazes de acompanhar o progresso e o desenvolvimento que almejamos. Não podemos perder mais tempo, há que empenhadamente trabalhar e com o esforço de todos marcar a viragem no destino do nosso concelho. Nunca como agora pusemos à disposição do sistema educativo tantos recursos como os actuais, mas só com a responsabilização activa de cada um será possível garantir a todas as crianças e jovens a aquisição das competências escolares essenciais à sua inserção no mundo social e do trabalho. Não é um notável talento o que se exige para assegurar o êxito deste empreendimento, mas sim um firme propósito, para bem da democracia e da liberdade. Tenho dito.”-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia passou, de seguida, a palavra à **Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Professora Maria Dulce Pereira**: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal; Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal; Exmos Srs. Deputados Municipais; Exmos Srs Vereadores; Exmos Srs Presidentes de Junta de Freguesia; Exmos Srs. Representantes das Autoridades Civas, Militares e religiosas; Ilustres convidados, com destaque para a Sra. Deputada da Assembleia da República, Dra. Cláudia Vieira; Minhas Senhoras e meus Senhores;-----

Feitas as contas...o 25 de Abril de 1974 já foi há 32 anos. Uma data que marcou definitivamente a história de Portugal. Foi também há 32 anos que, aprovada a Constituição pela Assembleia Constituinte, se realizaram as primeiras eleições para o Poder Local Democrático e foram eleitos pela primeira vez os primeiros autarcas em todo o País. Foi a partir daqui que o povo português assumiu a enorme responsabilidade de viver em democracia...e digo enorme responsabilidade porque viver em democracia significa que é o povo que escolhe livremente quem o deve governar. Povo esse que através do exercício da liberdade, condiciona, para o bem e para o mal, o rumo da própria governação. No entanto este condicionalismo nem sempre está presente de forma consciente. A cada cidadão foi-lhe dada, a partir do 25 de Abril de 74, a oportunidade de escolha e ... nem sempre as escolhas são fáceis de se fazerem. Mas graças a essa oportunidade, que é a liberdade de escolha feita pelo povo, a escolha feita pelos nossos munícipes, que no exercício dessa liberdade podem eleger uma equipa de homens e mulheres a quem deram o poder de governar, que estamos a percorrer um caminho de desenvolvimento nunca antes visto. As transformações que fomos capazes de realizar até hoje, em todos os domínios da nossa vida de homens e mulheres livres, alteraram profundamente a realidade do nosso concelho.-----

Minhas Senhoras e meus Senhores-----

Olhamos ao nosso redor e agora já vimos... Pequenos e grandes equipamentos colectivos. Infra-estruturas básicas que elevam a qualidade de vida de todos os Resendenses com particular destaque, para a qualidade de vida dos nossos jovens, de quem depende o nosso futuro e dos nossos idosos a quem temos de agradecer uma vida inteira de sacrifícios. Olhamos e já sentimos que as mentalidades estão a mudar. Que já há gente mais apta a construir do que a destruir. Que já há gente mais apta a utilizar a crítica como elemento indispensável ao desenvolvimento e não como uma arma medíocre de destruição e mal-dizer. Olhamos e já acreditamos que a nossa sociedade é capaz de distinguir e agradecer aos seus melhores, dando, assim, importante exemplo e incentivo aos que ainda não foram capazes de, por norma, colocarem o interesse colectivo acima do seu pequeno interesse individual ou corporativo. Olhamos e já temos consciência que sem participação não há democracia e sem a participação mais activa das mulheres em lugares de decisão política a democracia não está

plenamente conseguida. O nosso concelho tornou-se um exemplo quando se entendeu que a presença das mulheres na política só a valorizava. A Lei da Paridade, da autoria do Partido Socialista, obriga os partidos a incluir pelo menos um terço de mulheres em lugares elegíveis, nas listas para as eleições legislativas, autárquicas e europeias. O objectivo desta lei é o de combater todas as formas sub-reptícias de impedir a participação feminina na vida cívica e política. Não é... minhas Senhoras e meus Senhores ... o estabelecimento puro e simples de quotas. O sentimento não é esse. É antes o de abrir os partidos e a política às mulheres, promovendo a igualdade de oportunidades, mesmo que para isso e numa primeira fase se recorra às quotas como instrumento de arranque. Não se pretende com isto iniciar uma “guerra de sexos” mas antes criar condições que permitam a efectiva igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, tanto na esfera privada, como na esfera pública. Temos razões para confiar na nossa capacidade individual, quer sejamos homens ou mulheres. Temos razões para confiar na nossa capacidade colectiva para continuar a transformar a vida e fazer do nosso concelho uma terra de oportunidades. Temos razões para acreditar que chegará o dia em que festejaremos Abril sem termos necessidade de falar nestas questões porque elas serão vistas com toda a naturalidade. Temos razões para festejar Abril com os olhos postos num futuro melhor. Muito Obrigado.”

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora. Seguidamente **o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade**, proferiu o discurso cujo teor se transcreve: “ Exm.º Presidente da Câmara Municipal; Exm.ª Senhora Deputada da Assembleia da República; Exm.ºs Senhores Vereadores; Exm.ºs Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; Exm.ºs Convidados e Convidadas;-----

Quero agradecer a todos a vossa presença neste Salão Nobre da Câmara Municipal para as comemorações do trigésimo segundo Aniversário do vinte e cinco de Abril. Umhas breves palavras após estes excelentes discursos, para assinalar este dia que, tão marcadamente influenciou a sociedade portuguesa, e que teve como consequência duas questões que gostaria de colocar em realce: A primeira foi a possibilidade da inclusão de Portugal na Comunidade Europeia o que nos deu o direito de usufruir dos apoios dos Quadros Comunitários que, tanto ajudaram Portugal a progredir e a diminuir o atraso que tinha em relação a outros países da Europa; A segunda foi a instituição em mil novecentos e setenta e seis do poder local democrático com autonomia administrativa e financeira e com estrutura de poder político que pôs fim a cinquenta anos de administração local absolutamente controlada pelo Estado. Passou então a ser possível em actos eleitorais democráticos a escolha dos dirigentes autárquicos que as comunidades acharem por bem eleger. E assim no nosso Concelho foram recentemente construídas infraestruturas e equipamentos que, penso serem o orgulho de todos os Resendenses; como o belo Museu Municipal, o Auditório, as Piscinas Cobertas, a obra magnífica da Requalificação Urbana do centro da Vila, o Saneamento Básico e a distribuição da água que se vai estendendo por todo o Concelho, o Celeiro de Aregos, a Fluvina de Aregos, o local de Lazer de Porto de Rei, o aproveitamento de zonas de lazer em alguns locais da serra, nomeadamente na Panchorra e Ponte da Lagariça, a construção da Extensão de Saúde de São Martinho de Mouros, o Pavilhão de São Martinho de Mouros, a reconstrução e adaptação da antiga Escola de Resende, a construção das Oficinas Municipais, a construção da nova ETAR de Resende, estando ainda em construção a Nova Escola de São Martinho de Mouros, o novo Centro de Saúde, os Centros Comunitários em algumas freguesias do Concelho, os Pavilhões Gimnodesportivos de Freigil e Anreade o arranjo de estradas municipais. Em breve iniciar-se-à o acabamento de Cais de Aregos e da Zona Envolvente, a Etar de Aregos, o Parque Empresarial de Anreade, a Requalificação Urbana do Centro da Vila de São Martinho de Mouros. Estão ainda em elaboração outros projectos que futuramente irão ser colocados em execução. Enfim, uma série de iniciativas que valem milhões e milhões de euros. Só possíveis porque o povo de Resende teve a possibilidade de escolher quem teve a arte de

aproveitar aquilo a que o vinte cinco de Abril, que hoje aqui comemoramos, deu lugar. Penso assim, caros Munícipes que em Resende continua a haver motivos para festejar e comemorar o vinte e cinco de Abril. Muito Obrigado Viva Resende Viva Resende Viva Resende.”-----

**Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, deu por encerrada a sessão extraordinária do trigésimo segundo aniversário do Vinte e Cinco de Abril.**-----

**E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, dos Assuntos Culturais e Desportivos da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.**-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_